



DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1. ENTE

Nome: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte / MG
Endereço: Avenida Afonso Pena, 1212
Bairro: Centro
Telefone: (031) 3277-4442
Fax:
CNPJ: 18.715.383/0001-40
Complemento: 5º andar
CEP: 30130-009
E-mail: andre.arei@pbh.gov.br

2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

Nome: Marcelo Piancastelli de Siqueira
Cargo: Secretário
E-mail: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br
CPF: 125.350.606-04
Complemento do Cargo: Secretário Municipal de Finanças
Data Início de Gestão: 02/03/2013

3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF

Nome: Subsecretaria de Gestão Previdenciária e da Saúde do Segurado
Endereço: Avenida Augusto de Lima, 30
Bairro: Centro
Telefone: (031) 3246-6604
Fax:
CNPJ: 14.885.482/0001-19
Complemento: 10º andar
CEP: 30190-000
E-mail: previdencia@pbh.gov.br

4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

Nome: Márcio Almeida Dutra
Cargo: Secretário
Telefone: (031) 3246-6604
Fax:
Complemento do Cargo: Secretário Municipal Adjunto Gestão
E-mail: smagp@pbh.gov.br
CPF: 431.100.296-34
Data Início de Gestão: 07/04/2011

5. GESTOR DE RECURSOS

Nome: Márcio Almeida Dutra
Cargo: Secretário
Telefone: (031) 3246-6604
Fax:
Complemento do Cargo: Secretário Municipal Adjunto Gestão
E-mail: smagp@pbh.gov.br
CPF: 431.100.296-34
Data Início de Gestão: 07/04/2011
Entidade Certificadora: AMBIMA
Validade Certificação: 20/07/2014

6. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

Nome: Alexandre Fonseca Dias
Telefone:
Data de envio: 08/01/2014
Fax:
CPF: 001.184.486-84
E-mail:

7. DEMONSTRATIVO

Exercício: 2014

Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos: Alexandre Fonseca Dias

CPF: 001.184.486-84

Data da Elaboração: 11/12/2013 Data da ata de aprovação: 18/12/2013

Órgão superior competente: Conselho de Administração

Meta de Rentabilidade dos Investimentos

Indexador: IPCA Taxa de Juros: 4,50 %

Divulgação/Publicação: (X) Meio Eletrônico () Impresso

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
Renda Fixa - Art. 7º		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00	0,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	100,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	0,00
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, a	80,00	50,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, a	30,00	30,00
Poupança - Art. 7º, V, a	20,00	0,00
FI em Direitos Creditórios – Aberto - Art. 7º, VI	15,00	5,00
FI em Direitos Creditórios – Fechado - Art. 7º, VII, a	5,00	5,00
FI Renda Fixa Crédito Privado - Art. 7º, VII, b	5,00	5,00
Renda Variável - Art. 8º		
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30,00	5,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00	5,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	5,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	2,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	2,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	2,00
Total		216,00

Declaro que o valor excedido do limite do somatório dos Segmentos "Renda Fixa" e "Renda Variável", está compatível com a Política de Investimentos aprovada pelas instâncias competentes e consolidada neste Demonstrativo, conforme documentos arquivados

Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos

As Atas de Reunião do Conselho de Política Monetária do Banco Central do Brasil – COPOM, relativas a agosto e outubro de 2013, vemos que não ocorreram mudanças significativas de melhora nos mercados internacionais. A análise da economia global do COPOM demonstra a volatilidade dos mercados, de acordo com a Ata da Reunião de outubro/2013, onde “na economia global, prevalece cenário de baixo crescimento este ano em importantes economias maduras, notadamente na Zona do Euro, e indicadores de volatilidade respondem às perspectivas de mudanças na política monetária dos Estados Unidos. Altas taxas de desemprego na Europa, aliadas aos esforços de consolidação fiscal e a incertezas políticas, traduzem-se em recuo dos investimentos e em baixo crescimento. O indicador antecedente composto, divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), referente a agosto, no entanto, aponta melhoras na margem em diversas economias avançadas, com perspectivas de crescimento acima da tendência, ao contrário do que ocorre em economias emergentes. Em relação à política monetária, nas economias maduras prevalecem posturas acomodáticas. Nas economias emergentes, de modo geral, a política monetária se apresenta expansionista. A inflação continua em níveis moderados nos EUA e na Zona do Euro, e, no Japão, está ligeiramente acima de zero.” De acordo com o COPOM, temos um crescimento moderado dos mercados, mas há uma retomada importante das economias mais avançadas, como a economia americana, que apresenta uma alta taxa de desemprego para os padrões internacionais e vem experimentando queda; além disso, o setor imobiliário norte americano permanece em recuperação, mas a elevação das taxas hipotecárias prefixadas de 30 anos coloca essa recuperação em risco.

No mercado europeu, as vendas a varejo apresentaram recuperação, em ascensão desde janeiro de 2013, com boas altas em julho e agosto. Mas a baixa inflação preocupa o Banco Central Europeu, o que fez os boatos sobre o corte de juros em determinados países da Zona do Euro crescerem, influenciando mercados emergentes.

Na Ásia, o Japão apresentou uma revisão no PIB do segundo trimestre, aumentando seus índices – de 2,6% para 3,8%. Já a China apresentou sinais de que sua economia está melhor do que se poderia esperar. O crescimento econômico segue acelerando, com destaque para a produção industrial. Essa deve ser o mote para que o governo chinês, empossado neste ano, possa empreender sérias mudanças na economia chinesa, trabalhando em reformas estruturais para que a economia passe de consumista para uma economia mais agressiva.

Continuando sua análise, o Banco Central do Brasil explorou os mercados de ações mundiais, que renderam bem nos últimos meses. Segundo o COPOM, os mercados registraram ganhos expressivos tanto nas economias desenvolvidas como nos mercados emergentes, e referencia sua análise demonstrando que o Índice de Preços ao Consumidor Global apresentou uma ligeira alta para 3,6% em julho contra 3,5% em julho, devido à manutenção da variação da inflação nas economias emergentes (onde se encaixa o Brasil) em 6,6%, ao passo que as economias desenvolvidas apresentam uma taxa média de 1,6%. Em agosto, esse índice apresentou um recuo de 0,3%. Os bancos centrais das principais economias desenvolvidas mantiveram suas taxas de juros em patamares extremamente baixos, mantendo suas políticas de proteção de mercado interno.

Análise da Economia Brasileira - Utilizando como base ainda a Ata de Reunião do COPOM de outubro/2013, os técnicos do Banco Central analisaram a economia brasileira em dois pontos – a evolução recente e as perspectivas para a economia brasileira dentro do contexto do regime de política monetária, que tem por objetivo atingir as metas fixadas pelo governo para a inflação. Assim, apresentamos os principais quesitos da Ata de Reunião em face desses dois pontos:

a) Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA): apesar de a inflação apresentar recuo nos últimos doze meses contados em setembro/2013 em comparação ao mesmo período de 2012, a composição do IPCA mostra um índice elevado para os bens comercializáveis e não comercializáveis;

b) Diminuição na variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI). Composto basicamente por três índices – Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), Índice de Preços ao Consumidor (IPC), e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), componente de menor peso no IGP-DI. O Copom avalia que os efeitos do comportamento dos preços no atacado sobre a inflação para os consumidores dependerão das condições atuais e prospectivas da demanda e das expectativas dos formadores de preços em relação à trajetória futura da inflação.

c) Melhoria do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que incorpora estimativa para a produção mensal dos três setores da economia – demonstrada pelo Índice de Confiança do Consumidor (ICC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que avançou novamente em setembro, em função de melhoras tanto na percepção em relação à situação atual como nas expectativas em relação ao futuro. Já o Índice de Confiança do Setor de Serviços (ICS) apontou estabilidade em setembro, situando-se abaixo da média histórica recente. Por sua vez, a confiança do empresário industrial, medida pelo Índice de Confiança da Indústria (ICI), diminuiu em setembro, atingindo o menor nível desde julho de 2009. No que se refere à agricultura, o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do IBGE, projeta crescimento de 15,5% na produção de grãos em 2013, em relação a 2012.

d) A economia brasileira cresceu 1,5% no segundo trimestre de 2013, após expansão de 0,6% no trimestre anterior, de acordo com dados dessazonalizados divulgados pelo IBGE. Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, a expansão alcançou 3,3% (ante 1,9% no primeiro trimestre). Dessa forma, o Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro semestre superou em 2,6% o registrado no primeiro semestre de 2012, e a taxa de crescimento acumulada ao longo dos quatro últimos trimestres alcançou 1,9%.

Diante do cenário econômico brasileiro não ser tão favorável a mudanças profundas, o COPOM decidiu na Reunião de outubro/2013 pela manutenção de elevação das taxas básicas de juros. Como bem analisa o Jornal Correio Brasiliense, em notícia publicada em 10/10/2013 em seu sítio eletrônico: “O Brasil voltou a ostentar os maiores juros básicos do mundo. Ontem, o Banco Central (BC) decidiu elevar em 0,5 ponto percentual a Selic, que passa para 9,5% ao ano, a partir desta quinta-feira (10/10). Descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses, o país tem uma taxa de 3,5%, ficando à frente de economias como Chile, China e Índia no ranking global. O reajuste foi o quinto consecutivo desde abril, quando os juros estavam na mínima histórica de 7,25%. A maioria dos analistas espera que o Comitê de Política Monetária (Copom) encerre o atual ciclo de alta na última reunião de 2013, marcada para o fim de novembro, quando a Selic teria um aumento de mais 0,25 ponto e chegaria a 9,75%”.

Objetivos da gestão

A alocação dos recursos do RPPS–BH dos servidores do Município de Belo Horizonte visa garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações do RPPS–BH, através da superação da meta atuarial (TMA) que é variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mais 4,5% (quatro vírgula cinco por cento) ao ano.

Nos termos do Inciso I do Parágrafo 1º do artigo 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010, o RPPS–BH adota o modelo de gestão própria, quando as aplicações são realizadas diretamente pela Unidade Gestora do RPPS-BH.

Estratégia de formação de preços - investimentos e desinvestimentos

Os investimentos e desinvestimentos do RPPS–BH terão seus critérios definidos de acordo com a natureza dos fundos que compõem o RPPS–BH, nos termos da Lei nº 10.362/2011.

Para o Fundo Financeiro – FUFIN, fundo que tem o regime de repartição simples, as decisões sobre investimentos serão realizadas em produtos de investimentos que contemplem uma visão de curto prazo, pois os pagamentos dos benefícios são custeados pelas contribuições dos beneficiários e do ente. Em segundo plano, os recursos do FUFIN poderão ser investidos em ativos de longo prazo, desde que os resgates não prejudiquem o fluxo de pagamentos que são realizados periodicamente.

Para o Fundo Previdenciário – BHPREV, Fundo que está no regime de capitalização e de repartição de capital de cobertura, as decisões sobre investimentos serão pautadas em um horizonte de longo prazo, pois seu tempo de maturidade é longo. Sendo assim, os produtos de investimentos serão analisados de acordo com os estudos atuariais e as necessidades de pagamento futuros do BHPREV. Embora a UG preocupar-se-á com investimentos de longo prazo, poderá ser trabalhado investimentos em curto prazo, visando prevenir as distorções do mercado e perda de preços nos papéis dos ativos e/ou produtos investidos, além de pagamentos de benefícios previdenciários não programados.

Em relação aos desinvestimentos, os dois fundos são analisados conjuntamente. Os desinvestimentos buscarão alocar os recursos visando atingir a melhor rentabilidade e serão promovidos pela Unidade Gestora-UG em conformidade com Lei Municipal 10.362/2011, em seu artigo 104, inciso VI.

Qualquer que seja o modelo de gestão, os riscos a que está sujeita esta Política de investimentos estão classificados em riscos de Mercado, de Crédito e de Liquidez e são preocupação constante do RPPS–BH o seu continuado monitoramento.

Critérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável

No credenciamento e avaliação de agentes financeiros, bem como na seleção, acompanhamento e avaliação do desempenho de ativos e de produtos de investimento, os gestores do RPPS de Belo Horizonte, serão auxiliados por consultoria de valores mobiliários especializada a ser contratada para esta finalidade, que elaborará relatórios trimestrais para avaliação do desempenho da carteira e dos veículos de investimentos do Instituto. A mencionada consultoria deverá ser registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e autorizada pelo Conselho Regional de Economia (CORECON) para o exercício da atividade.

Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos

O acompanhamento é feito diariamente, mediante consulta ao extrato das aplicações do RPPS afim de avaliar a liquidez e rentabilidade dos ativos. Além disso, consultamos as instituições financeiras em suas variadas modalidades de aplicação para assim compararmos aos resultados obtidos em nossas aplicações.

Observações

A presente Política de Investimentos está sujeita à modificação em virtude de alterações na legislação que rege à aplicação de recursos dos RPPS, alterações na estrutura do regime de previdência municipal ou em decorrência de fatos econômicos relevantes e supervenientes, em ambos os casos sempre precedida de apresentação e aprovação pelo Conselho de Administração.

As aplicações que não estiverem claramente definidas neste documento, e que estiverem de acordo com as diretrizes de investimento e em conformidade com a legislação aplicável em vigor, deverão ser levadas ao Conselho de Administração do RPPS–BH para avaliação e autorização.

O Comitê de Investimentos acompanhará e avaliará os investimentos do RPPS–BH.

A divulgação desta Política de Investimento será feita junto ao Site da Prefeitura do Município de Belo Horizonte através do endereço www.pbh.gov.br, será publicada por uma vez no Diário Oficial do Município e ainda estará a disposição na sede da UG a todos os interessados.

De acordo com os procedimentos que serão adotados nesta Política de Investimentos, a estratégia de alocação de recursos definida visa a garantir as necessárias condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência dos ativos financeiros, devidamente avaliados e escolhidos criteriosamente, com uma gestão moderada, sem, no entanto, se deixar afastar da eficiência e eficácia, buscando maior rentabilidade com o menor risco.

Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes

Representante Legal do Ente: 125.350.606-04 - Marcelo Piancastelli de Siqueira

Data: __/__/__

Assinatura:

Representante Legal da Unidade Gestora: 431.100.296-34 - Márcio Almeida Dutra

Data: __/__/__

Assinatura:

Gestor de Recurso RPPS: 431.100.296-34 - Márcio Almeida Dutra

Data: __/__/__

Assinatura:

Responsável: 001.184.486-84 - Alexandre Fonseca Dias

Data: __/__/__

Assinatura: